

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.743 - PR (2014/0162607-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : BANCO ITAULEASING S.A.  
**ADVOGADOS** : ADILSON DE CASTRO JUNIOR E OUTRO(S) - PR018435  
ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES - PR022496  
**ADVOGADA** : DANIELLA LETICIA BROERING LEITUM - PR030694  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE GUARAPUAVA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES E OUTRO(S) -  
PR020738  
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - PR022076

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BANCO ITAULEASING S.A., na vigência do CPC/73, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 592.905). INCIDÊNCIA DO IMPOSTO. DÉBITOS CUJOS FATOS GERADORES OCORRERAM SOB A VIGÊNCIA DO DL 406/68. COMPETÊNCIA PARA COBRANÇA DO MUNICÍPIO SEDE DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR. SOB A VIGÊNCIA DA LC 116/2003, DEVE SER CONSIDERADA A COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO ONDE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO É PERFECTIBILIZADA PARA A EXIGÊNCIA DO TRIBUTO. CONTRATO COMPLEXO. FINANCIAMENTO COMO NÚCLEO TRIBUTÁVEL. PRECEDENTE DO STJ. RESP. 1.060.210. ILEGITIMIDADE DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA PARA COBRANÇA DO ISSQN. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

Conforme previa o DL 406/68, o Município competente para cobrança do tributo é aquele onde se encontra a sede do estabelecimento prestador.

O STJ firmou entendimento no sentido de que 'Após a lei 116/03: lugar da prestação do serviço. Leasing. Contrato complexo. A concessão do financiamento é o núcleo do serviço na operação de leasing financeiro, à luz do entendimento do STF. O serviço ocorre no local onde se toma a decisão acerca da aprovação do financiamento, onde se concentra o poder decisório, onde se situa a direção geral da instituição. O fato gerador não se confunde com a venda do bem objeto do leasing financeiro, já que o núcleo do serviço

prestado é o financiamento. Irrelevante o local da celebração do contrato, da entrega do bem ou de outras atividades preparatórias e auxiliares à perfectibilização da relação jurídica, a qual só ocorre efetivamente com a aprovação da proposta pela instituição financeira.' (RESP 1.060.210) Recurso de apelação provido, reexame necessário prejudicado" (fls. 587/588e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, opostos pela parte ora recorrida, os quais restaram rejeitados.

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, sustentando, em síntese, a irrisoriedade da verba honorária fixada. Para tanto, aduz o seguinte:

"Adicionalmente, cabe ao ora RECORRENTE demonstrar que o v. acórdão recorrido violou, diretamente, o comando que se extrai dos dispositivos em referência, ao fixar os honorários advocatícios em valor equivalente a apenas 0,08% (oito décimos por cento) da suposta dívida atualizada.

(...)

A fixação de honorários consoante apreciação equitativa do magistrado não autoriza o aviltamento, absurdo e completo, da remuneração a que faz jus o Advogado que atuou pela parte que se sagrou vencedora, como, data venia, acabou fazendo o v. acórdão aqui vergastado.

Isso porque, mesmo nos casos onde o balizamento da verba honorária deve se dar na forma do § 4º do, art. 20, do CPC, o d. Órgão Judicante não pode fugir dos critérios objetivos previstos nas alíneas 'a', 'b' e 'c', do § 3º.

Aliás, é exatamente este o comando expresso da parte final do § 4º: '(...) os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.' (Grifou-se)

Dentre os elementos previstos no § 3º está a 'importância da causa', logo, por via de consequência, o magistrado deve levar em conta, no arbitramento da verba honorária, o valor da causa.

Sendo assim, a fixação de honorários advocatícios em montante equivalente a 0,08 % (oito décimos por cento) do valor da causa atualizado, como fez o e. Tribunal a quo, afronta violentamente o art. 20, §§ 3º e 4º, ambos do CPC, abrindo-se a estreita via do Especial, nos termos do art. 105, III, 'a', da Carta Maior.

(...)

Ora Exas!, a fixação de honorários contra a Fazenda Pública, embora não esteja adstrita aos limites quantitativos do § 3º, do art. 20, do CPC, também não fica ao bel-prazer do d. Órgão Julgador, que deve

realizar 'apreciação equitativa' (ou seja usar de equidade e não de iniquidade, como ocorreu in casu) e se pautar pelos elementos objetivos previstos nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do aludido dispositivo e § 2º, do art. 22, da Lei 8.906/94, dentre os quais destacam-se: GRAU DE ZELO PROFISSIONAL, NATUREZA E IMPORTÂNCIA (VALOR ECONÔMICO) DA CAUSA PORTANTO, A R. DECISÃO RECORRIDA, AO ARBITRAR OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM IRRISÓRIOS R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS) ESTÁ A DECLARAR, IMPLICITAMENTE, QUE A ATUAÇÃO DO PATRONO DO ORA RECORRENTE FOI MARCADA PELA FALTA DE ZELO E QUE A CAUSA NÃO TEM QUALQUER IMPORTÂNCIA!

Imaginem V. Exas. se fosse exatamente o contrário e os honorários houvessem sido fixados, também arbitrariamente, mas, ao invés de em irrisórios R\$10.000,00, tivessem sido estipulados em R\$50.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE REAIS) contra o Estado, também não seria o caso de se reformar a decisão ? Claro que sim ! Se não restam dúvidas de que honorários exorbitantes contra a Fazenda devem ser reduzidos, também os irrisórios devem ser revistos.

Além disso, caso o ora RECORRENTE tivesse sucumbido no processo originário, seria obrigado a pagar encargo equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o suposto débito, a título de remuneração ao trabalho realizado pelos Procuradores da Fazenda.

(...)

Daí depreende-se com clareza que o r. decismum ora objurgado encerra flagrante inconstitucionalidade, por quebra do Principio da Isonomia, afinal os critérios de remuneração dos procuradores das partes em decorrência da sucumbência não podem ter bases tão dispares.

Nunca se olvide que o e. STF já se manifestou no sentido de que os honorários advocatícios têm natureza alimentar, com todas as prerrogativas daí decorrentes.

Fixar honorários em valor irrisório é a forma disfarçada de 'conceder sem concedê-los de fato', um artifício que encerra grande perversidade, mas que se auto-denuncia neste caso concreto dado que o valor arbitrado equívale a 0,08% (oito décimos por cento!) do valor da causa.

Para dar a V. Exas. uma idéia aproximada da ordem de grandeza, o valor atualizado da Execução equívale a aproximadamente 16.667 (dezesseis mil seiscentos e sessenta e sete) SALÁRIOS MÍNIMOS, o dos honorários equívalem a APROXIMADAMENTE 14 (QUATORZE) SALÁRIOS MÍNIMOS, A CARACTERIZÁ-LOS COMO GROSSEIRAMENTE IRRISÓRIOS.

(...)

Por fim, resta saber qual seria o percentual adequado, equilibrado e justo para a fixação dos honorários de sucumbência in casu, observadas as peculiaridades dos autos.

Os elementos objetivos de que se dispõe para tal arbitramento, e dos quais não se pode fugir, são os seguintes:

a) Valor da causa atualizado, de R\$ 11.300.677,50 (onze milhões trezentos mil e seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos): É obvio que os honorários de sucumbência, ainda que arbitrados com fundamento no parágrafo 4.º ao art. 20 do CPC devem guardar alguma relação com o valor da questão, consoante o que determina o artigo 22, § 2º da Lei 8.906/94, e, além disso, obviamente, quanto maior o valor da causa maior a responsabilidade (moral e civil) do Advogado, a justificar a relação que o referido parágrafo 4º ao art. 20 do CPC faz com a alínea 'c' do parágrafo 3.º do mesmo artigo (importância da causa).

b) Grau de zelo do Advogado: Está claro pela análise dos elementos dos autos que o Advogado atuou, e ainda continua atuando, com grande zelo, tanto assim que agiu com celeridade, mediante os instrumentos jurídicos adequados, ao tempo próprio e ainda obteve 100% de êxito em sua atuação.

c) Complexidade da Causa e quantidade de trabalho: A causa já era complexa, dado que trata de matéria específica - a tributária - e, por causa questão relativa à Repercussão Geral, está se tornando ainda mais complexa, com a necessidade de interposição de recursos intrincados, com incidentes processuais, e bem fundamentados, como o presente, perpetuando-a no tempo.

d) Percentual usual de honorários: Em questões ordinárias, varia entre o mínimo de 10 % (dez por cento) - que corresponderia idealmente a um trabalho de pouca complexidade e mal feito - e o máximo de 20 % (vinte por cento) - que corresponderia idealmente a um trabalho complexo e bem feito. Havidos todos estes elementos, é de se crer que O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) SEJA O ADEQUADO AO CASO, TENDO EM VISTA QUE É O EQUIVALENTE AO PATAMAR MÍNIMO DE HONORÁRIOS (QUE CORRESPONDERIA, IDEALMENTE E PELÁ GRADAÇÃO LEGAL, A UM TRABALHO MAL-FEITO E BEM SIMPLES, O QUE CERTAMENTE NÃO É O CASO), JÁ PONDERADOS OS FATOS DE QUE O VALOR DA DISCUSSÃO É ELEVADO E QUE A PARTE SUCUMBENTE É UM ENTE FEDERATIVO" (fls. 788/803e).

Por fim, requer "seja o presente Especial admitido, conhecido e provido para que V. Exas. se dignem a reformar o v. acórdão recorrido, fixando os honorários de sucumbência em percentual equilibrado, por volta de 10% (dez por cento) do valor atualizado da Execução" (fl. 804e).

Contrarrazões a fls. 929/940e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 942/943e).

Contudo, a irresignação não ultrapassa a admissibilidade.

A Corte Especial do STJ, ao julgar os EREsp 637.905/RS (Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJU de 21/08/2006), proclamou que, nas hipóteses do § 4º do art. 20 do CPC/73, a verba honorária deve ser fixada mediante apreciação equitativa do magistrado, sendo que, nessas hipóteses, a fixação de honorários não está adstrita aos percentuais constantes do § 3º do art. 20 do CPC/73. Ou seja, no juízo de equidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto, em face das circunstâncias previstas nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 3º do art. 20 do CPC/73, podendo adotar, como base de cálculo, o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo.

Transcreve-se, a seguir, a ementa do supracitado precedente da Corte Especial do STJ:

**"PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – BASE DE CÁLCULO – VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA.**

**1. A teor do art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada mediante apreciação equitativa do magistrado.**

**2. A Primeira Seção desta Corte já se posicionou no sentido de que, vencida a Fazenda Pública, a fixação de honorários não está adstrita aos percentuais constantes do art. 20, § 3º, do CPC.**

**3. No juízo de equidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c', podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo.**

**4. Embargos de divergência conhecidos, mas improvidos" (STJ, EREsp 637.905/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, DJU de 21/08/2006).**

Outrossim, consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado pela Corte de origem, por equidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário" (Súmula 389/STF).

Deve-se ressaltar, nesse contexto, que "a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, **a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto**" (STJ, AgRg nos EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014).

Nesse sentido: STJ, AgRg nos EDcl no Ag 1.409.571/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/05/2013; EREsp 966.746/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, DJe de 25/03/2013; EREsp 494.377/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, CORTE ESPECIAL, DJU de 01/07/2005.

De qualquer modo, **conforme divulgado no Informativo de Jurisprudência 301, de 16 a 20 de outubro de 2006, a Segunda Turma do STJ, a partir do julgamento do REsp 542.249/SC (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ acórdão Ministra ELIANA CALMON, DJU de 04/12/2006), firmou o entendimento no sentido de que esta Corte não pode, em Recurso Especial, refazer o juízo de equidade de que trata o § 4º do art. 20 do CPC/73, levando em conta as alíneas a, b e c do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado a este Tribunal, nos termos da Súmula 7/STJ.** De fato, a Ministra ELIANA CALMON, Relatora para o acórdão no REsp 542.249/SC, julgado na Segunda Turma do STJ em 17/10/2006, assim se fundamentou:

"Tenho notado, outrossim, que alguns recursos especiais vêm trazendo, para demonstrar que os honorários são irrisórios, uma comparação entre o valor da causa e o valor da verba de sucumbência. Essa hipótese poderia até ensejar o reexame do *quantum* pelo STJ, desde que tais aspectos fáticos tenham sido abstraídos pelo Tribunal *a quo*. **O que o Superior Tribunal de Justiça não pode, em sede de recurso especial, é refazer o juízo de equidade de que trata o art. 20, § 4º, do CPC, levando em conta as alíneas 'a', 'b' e 'c' do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório e, conseqüentemente, encontra óbice na Súmula 7/STJ.**

3) também está consagrado o entendimento de que a fixação de honorários com base no art. 20, § 4º, do CPC não encontra como limites os percentuais de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento)

de que fala o § 3º do mesmo art. 20, podendo ser o percentual inferior a 10% (dez por cento).

(...)

Ficou, pois, estabelecido que, na fixação da verba honorária com amparo no art. 20, § 4º, do CPC, ou seja, através de juízo de equidade, o magistrado pode eleger como base de cálculo tanto o valor da causa, como o valor da condenação ou, ainda, arbitrar valor fixo, levando em consideração o caso concreto à luz do art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c' do CPC.

Desta forma, **sem que o Tribunal *a quo*, no acórdão recorrido, deixe delineados os aspectos fáticos que o levaram a adotar determinada base de cálculo, percentual ou valor fixo, não pode o STJ emitir juízo de valor a respeito, a fim de concluir se o advogado foi mal ou bem remunerado e ofendidos os dispositivos legais pertinentes. É o que ocorre exatamente na hipótese dos autos.**

Com estas considerações, pedindo vênias ao Relator, mantenho a verba honorária como consta do acórdão, negando provimento integralmente ao recurso especial da empresa".

Com efeito, em situações excepcionalíssimas, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo de valor sobre o **quantum** fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73, como ilustra o seguinte precedente desta Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA HIPÓTESE. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO ESPECÍFICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO SOBRE OS CRITÉRIOS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC À LUZ DO CASO CONCRETO. MAJORAÇÃO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. CRITÉRIO QUE, POR SI SÓ, NÃO A JUSTIFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O afastamento excepcional do óbice da Súmula 7 do STJ para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo somente pode ser feito quando o Tribunal *a quo* expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, conforme entendimento sufragado no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ.

2. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas

uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos referidos critérios para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios.

3. Nas razões recursais a FAZENDA NACIONAL alega o valor da causa, que seria de R\$ 105.972.071,90 (cento e cinco milhões novecentos e setenta e dois mil reais e noventa centavos), como único parâmetro que justificaria a pretendida majoração da verba honorária. Contudo, o acórdão recorrido sequer fez menção ao valor da causa na hipótese, antes, apenas afirmou que 'o valor fixado pelo duto juízo a quo prestigia e valoriza o trabalho realizado pelo procurador da Fazenda Nacional, o grau de zelo, a natureza da ação e tempo em que se processou'.

4. Dessa forma, **seja porque o acórdão recorrido não se manifestou sobre o valor da causa na hipótese, seja porque este, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do quantum como ínfimo ou abusivo**, não há como adentrar ao mérito da irresignação fazendária na hipótese, haja vista ser inafastável o óbice na Súmula 7 do STJ diante da moldura fática apresentada nos autos.

5. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.512.353/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

Impende salientar que, para as situações anteriores ao início de vigência do CPC/2015, a Segunda Turma do STJ proclamou que não há, à luz do art. 20, § 4º, do CPC/73, "norma que: a) estabeleça piso para o arbitramento da verba honorária devida pela Fazenda Pública, e b) autorize a exegese segundo a qual a estipulação abaixo de determinado parâmetro (percentual ou expressão monetária fixa) automaticamente qualifique os honorários advocatícios como irrisórios, em comparação exclusivamente com o valor da causa".

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

**"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO EM RECURSO ESPECIAL. EXORBITÂNCIA E IRRISORIEDADE NÃO VERIFICÁVEIS DE PLANO. MAJORAÇÃO NO STJ, EM VALOR SUPERIOR A 3.300%. CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS NÃO CONSTATADAS NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO ADOTADO PELA SEGUNDA TURMA DO STJ NO AGRG NO ARES 532.550/RJ (DJe 2.2.2015).**

ENTENDIMENTO DO STJ

1. Não há, à luz do art. 20, § 4º, do CPC e da legislação processual em vigor, norma que: a) estabeleça piso para o arbitramento da verba honorária devida pela Fazenda Pública, e b) autorize a exegese segundo a qual a estipulação abaixo de determinado parâmetro (percentual ou expressão monetária fixa) automaticamente qualifique os honorários advocatícios como irrisórios, em comparação exclusivamente com o valor da causa.

CASO CONCRETO

2. Trata-se de Recurso Especial da empresa Cervejarias Reunidas Skol Caracu S/A, visando, com base no valor da causa, majorar a verba honorária fixada nas instâncias de origem.

3. O Tribunal *a quo* negou provimento ao Agravo da empresa, valendo-se dos seguintes fundamentos: a) a condenação prevista no art. 20, § 4º, do CPC deve se pautar no juízo equitativo, e não no valor da causa; b) a defesa da parte devedora foi realizada por meio de Exceção de Pré-Executividade, instrumento de criação doutrinário-jurisprudencial que pressupõe temas não complexos, relacionados às condições da ação e outras matérias de ordem pública, de simples constatação, isto é, que não demandam dilação probatória; e, c) dessa forma, não houve muito trabalho do advogado, 'tendo em vista que após a citação apenas houve a apresentação de uma peça de defesa' (fl. 799, e-STJ).

4. No Recurso Especial, a tese defendida é que a revisão da verba honorária, no caso concreto, é medida que se impõe, em razão do montante irrisório arbitrado.

5. O e. Ministro Mauro Campbell Marques, em judicioso voto, deu provimento ao apelo para majorar os honorários advocatícios e fixá-los em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), o que representa aumento de mais de 3.300%, comparado à quantia arbitrada na Corte local.

6. No julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ (DJe 2.2.2015), após detido exame dos precedentes do STJ, as seguintes premissas ficaram bem delimitadas, no que diz respeito à possibilidade de modificação, em Recurso Especial, dos honorários advocatícios fixados nas instâncias de origem: a) a regra é a aplicação da Súmula 7/STJ; b) excepcionalmente, afasta-se o óbice sumular quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, o que somente pode ser feito quando o Tribunal *a quo* expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC; e c) o valor da causa, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo.

7. Não há, nos termos acima, como majorar a verba honorária, sem adentrar a reanálise dos fatos e provas (óbice da Súmula 7).

8. Quanto ao Recurso Especial interposto pela empresa, observo que, na hipótese dos autos, **a causa foi resolvida já pelo juízo de primeiro grau, em seu favor, diante da constatação de que duas das três CDAs tinham por objeto crédito cuja exigibilidade estava suspensa em razão de provimento jurisdicional vigente, concedido em outra demanda.** Em outras palavras, **tanto a solução da lide foi de extrema simplicidade que o Agravo do art. 522 do CPC se limitou a discutir o valor dos honorários advocatícios, isto é, não havia mais litígio entre as partes quanto à questão de fundo.**

9. Diante dessas circunstâncias, **não vejo elementos para afastar a Súmula 7/STJ e majorar os honorários em mais de 3.300%.**

10. Recurso Especial não conhecido, em razão da incidência da Súmula 7/STJ" (STJ, REsp 1.417.906/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015).

Da análise dos precedentes supracitados, conclui-se que:

a) a fixação de honorários, com base no art. 20, § 4º, do CPC/73, não encontra, como limites, os percentuais de 10% e 20%, de que trata o § 3º do mesmo dispositivo legal, podendo ser adotado, como base de cálculo, o valor da causa, o da condenação ou arbitrada quantia fixa;

b) o Superior Tribunal de Justiça não pode, em Recurso Especial, refazer o juízo de equidade de que trata o art. 20, § 4º, do CPC/73, levando em conta as alíneas **a, b e c** do § 3º do mesmo dispositivo legal, **sem que o acórdão recorrido deixe delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73**, para que seja possível, a esta Corte, revalorá-las, afastando-se a incidência da Súmula 7/STJ.

Na hipótese dos autos, sem deixar delineadas, no acórdão recorrido, especificamente em relação ao caso concreto, as circunstâncias previstas nas alíneas **a, b e c** do § 3º do art. 20 do CPC/73 – **a)** o grau de zelo do profissional; **b)** o lugar de prestação do serviço; **c)** a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço –, o Tribunal de origem, ao dar provimento à Apelação interposta pela recorrente, condenou a Fazenda Pública Municipal ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme se vê do seguinte trecho do voto condutor do referido acórdão:

"Nestas condições, dou provimento ao recurso de apelação, para julgar procedente o pedido dos embargos à execução, de modo a declarar a ilegitimidade ativa do Município de Guarapuava para cobrança de ISSQN sobre os contratos de leasing que originaram a

CDA nº 29930, e, conseqüentemente, julgar extinta a execução, condenando o Município ao pagamento das custas e despesas processuais dos embargos e da execução, além de honorários advocatícios (para ambos os feitos), arbitrados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC, considerando o tempo desenvolvido para o trabalho, a mediana complexidade dos temas e o zelo dos profissionais. Por fim, prejudicado o reexame necessário" (fls. 594/595e).

Entretanto, ao tomar ciência do acórdão prolatado, ao invés de opor Embargos de Declaração, perante o Tribunal de origem, para que fosse provocado o pronunciamento daquele Tribunal acerca das circunstâncias fáticas, previstas nas alíneas **a, b e c** do § 3º do art. 20 do CPC/73, a parte recorrente optou por interpor diretamente o Recurso Especial, no qual pleiteou a majoração dos honorários.

Nesse contexto, em que o Tribunal de origem não deixou delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73 – para que o STJ pudesse revalorá-las, afastando-se a incidência da Súmula 7/STJ –, incidem, efetivamente, na espécie, as Súmulas 7/STJ e 389/STF.

Finalmente, em relação à suscitada divergência jurisprudencial, diante da necessidade de reexame das circunstâncias fáticas da causa, conforme acima demonstrado, não há como aferir a similitude dos casos confrontados, de modo que o Recurso Especial é inadmissível, inclusive quanto à sua interposição fundada na alínea **c** do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Nesse sentido:

**"PROCESSO CIVIL - AGRAVO INTERNO - DISCUSSÃO SOBRE O CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA 'C' - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CONDENAÇÃO DA FAZENDA - ART. 20, § 4º, DO CPC - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.**

**1. Divergência não comprovada para o conhecimento do Especial, porquanto o acórdão recorrido baseou-se em questões estritamente fáticas sobre as circunstâncias do caso, com cálculos para se chegar ao patamar de 10% na condenação, enquanto que os paradigmas apresentados sustentavam a possibilidade, de modo genérico, da utilização da equidade diante da abstração da tese adotada em casos de condenação da Fazenda em honorários.**

**2. Inviável, em sede de recurso especial, rediscutir o *quantum* arbitrado na origem a título de honorários advocatícios, com incursão em matéria fática diante das peculiaridades vividas na causa. Incidência da Súmula 07/STJ.**

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 875.849/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJU

de 15/08/2007).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

